

## 1ª Reunião dos Pontos Focais sectoriais no âmbito do Plano de Acção da CPLP - «Combate à Exploração do Trabalho Infantil no Mundo de Língua Portuguesa»

ACTA Nº 1/2007

Nos dias vinte e nove e trinta de Março do ano de dois mil e sete, sob a presidência da CPLP, reuniram-se os Pontos Focais sectoriais no âmbito do Plano de Acção da CPLP - «Combate à Exploração do Trabalho Infantil no Mundo de Língua Portuguesa».

INTERVENIENTES	
Nome e Função	Estado-membro
Joaquina Cadete - Directora do PETI	Portugal
Paulo Bárcia - Director	OIT - Escritório em Lisboa
Jovelina Imperial - Conselheira	CPLP
Rosalinda Silva - Observadora Convidada do Gabinete de Cooperação	Portugal
Peter Hurst	IPEC/ILO
Luís Machado - Ponto Focal	Angola
Leonardo Oliveira - Ponto Focal	Brasil
José Moniz- Ponto Focal	Cabo Verde
Jorge Costa - Ponto Focal	Guiné-bissau
Rodolfo Sando- Ponto Focal	Moçambique
António Santos - PETI - Ponto Focal	Portugal
Carlos Menezes- Ponto Focal	São Tomé e Príncipe
João Aparício - Adido da Educação e Cultura da Embaixada de Timor-leste em Portugal	Timor-leste
Rosalinda Silva - Observadora Convidada Gabinete de Cooperação	Portugal
Josefina Leitão - Observadora Convidada	Portugal
Mafalda Troncho - Perita Associada	OIT - Escritório em Lisboa
Sofia Oliveira - Técnica Superior - PETI	Portugal
Marlene Diniz - Secretária de Direcção - PETI	Portugal

Ordem de trabalhos	Assunto(s) tratado(s) e/ou deliberação(ões):
<b>1. Boas vindas. Início dos trabalhos</b>	Votos de boas vindas a todos os participantes pela Representante da CPLP, Director do Escritório da OIT em Lisboa e Directora do PETI que também transmitiu uma saudação a todos de SEXA o SEAE, Tutela do Centro de Caparide.
<b>2. Comunicação de Peter Hurst</b>	<p>Segundo o Relatório Global de 2006 - "O fim do trabalho infantil: Um objectivo ao nosso alcance" - de uma forma global, o trabalho infantil está a diminuir. Em quatro anos, o número de crianças trabalhadoras caiu 11%. Esta descida é ainda mais significativa no que diz respeito aos trabalhos perigosos, registando-se um decréscimo de 26%.</p> <p>É consensual entre os parceiros sociais que temos de prestar mais atenção ao continente africano, onde o trabalho infantil tem aumentado, em parte devido ao aumento da população e à prevalência de determinadas doenças. O nosso trabalho em África deve ser reforçado. Os parceiros sociais reconhecem ainda que a agricultura é uma das indústrias mais perigosas. Recorde-se que a OIT definiu como objectivo a eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016. E não nos podemos esquecer que só na agricultura temos 150 milhões de crianças trabalhadoras, 130 milhões das quais têm entre os 5-14 anos. É fácil perceber, perante estes números, a dificuldade daquilo a que nos propomos.</p> <p>O Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil - 12 de Junho - é uma forma da OIT relançar este tema. A Agricultura constitui o sector com o número mais elevado de crianças trabalhadoras e no qual estas começam a trabalhar com a idade mais precoce. Ao mesmo tempo é um sector perigoso, onde os riscos são semelhantes aos associados ao trabalho nas minas e na construção. Por outro lado existe neste sector, pouco regulamentado, muito trabalho escondido. A população associada a esta actividade é normalmente pouco escolarizada e pobre.</p> <p>Relativamente a este dia, posso desde já informar:</p> <p>a) foi firmada uma parceria com as principais organizações internacionais que lidam com este sector: a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), o IFAD (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), o CGIAR (Grupo Consultivo para a Investigação Agrícola Internacional), a IFAP (Federação Internacional dos Produtores Agrícolas) e a IUF (União Internacional dos Trabalhadores na Alimentação e Agricultura). Pretendemos com esta parceria chegar a todos os parceiros ligados à agricultura e aos responsáveis governamentais, porque temos a noção das limitações da OIT em lidar com o sector rural.</p> <p>Estas organizações têm escritórios regionais e nacionais, e até hoje nunca trabalharam com as questões do trabalho infantil. Temos que promover o vosso contacto com eles. Por exemplo, em Moçambique estas organizações estão ligadas às escolas agrícolas.</p> <p>b) de que forma pode este grupo de pontos focais da CPLP associar-se a este movimento? Como podemos passar a mensagem desta prioridade? Este é o momento certo, para os países lançarem esta questão ou a ela se associarem.</p> <p>Posso dar-vos alguns exemplos de actividades alusivas a este dia. A partir de uma parceria com a Autarquia de Genebra, foi agendada uma manifestação de alunos. Vai ser feito o lançamento simbólico de balões, com a presença dos medias, haverá uma marcha, e será distribuído um folheto nas cantinas das Organizações Internacionais. Por outro lado, sairá um artigo num jornal de uma cadeia de supermercados em Genebra, num evento paralelo com a Organização de Pesticidas, recomendando que nenhuma criança com menos de 18 anos lide com pesticida. Serão ainda sensibilizados os vendedores de</p>

produtos agrícolas. Actividades semelhantes decorrerão em Roma. Em El Salvador, 1.000 crianças juntar-se-ão e participarão em diversas actividades, que unirão sector privado, entidades governamentais e patrocinadores.

c) materiais disponíveis para o dia 12 de Junho

Vamos lançar nas 3 línguas oficiais da OIT o seguinte:

- Um conjunto de informação, através de uma brochura oficial
- Um poster, com o slogan: "uma colheita para o futuro"
- Pequenos postais iguais ao poster com a mensagem principal: "70% das crianças trabalham na agricultura"
- Lançamento de um DVD, em princípio com a música do Bob Geldorf "Feed the World"

d) como pode isto ser replicado a nível nacional?

Vamos tentar identificar projectos a nível nacional que envolvam os trabalhadores, os empregadores e os parceiros sociais, a FAO e os governos dos países. Procuramos boas ideias de potenciais projectos. Procuramos que organizações internacionais ou nacionais com fundos disponíveis. A FAO gastou 0% em trabalho infantil desde o seu início. Este é o nosso trabalho: mobilizar os recursos para onde são necessários.

Todas as ideias são bem vindas. Por exemplo, uma das ligações existentes liga a agricultura à alimentação e às bebidas. Podemos colocar mensagens nos produtos.

Por outro lado, a OIT criou um site chamado "twelve to twelve" que divulgará o que foi feito de 12 de Junho a 12 de Junho. Podemos colocar neste site as vossas iniciativas, bastando que para tal nos informem das mesmas e da respectiva calendarização.

O Director Geral decidiu estabelecer Programas Nacionais para o Trabalho Digno (Decente). O mais importante é incluir o trabalho infantil nestes programas. O Director Geral decidiu que serão 75 os países que terão este tipo de programas. No fim de Abril, decorrerá uma Reunião Geral da OIT onde serão discutidos os países que terão estes Programas. É a esta Reunião que deverão fazer chegar as vossas necessidades.

Isso é importante para os países africanos.

O IPEC está a pensar numa estratégia para Africa. Quer os PALOP, quer Timor-Leste têm estado excluídos dos diversos programas de assistência técnica ... O IPEC terá de pensar como vai criar programas para estes países.

Relativamente ao site, caso exceda os fundos disponíveis para este vosso projecto, podemos utilizar sites já utilizados.

Os Eventos da CPLP poderão decorrer no dia 11. Seria importante decorrer algo em Lisboa para chamar a atenção dos média.

Há que fazer passar a mensagem. Também teremos mensagens para a televisão. As estações locais são uma boa ideia.

Toda esta informação estará no site da OIT, bem como o calendário dos eventos.

**3. Metas conjuntas.  
Balanço do que foi  
feito de Maio até hoje.**

**Paulo Bárcia**

Plano de Acção – Análise das **Metas conjuntas**

**1ª meta:** Ratificação das Convenções

Por ocasião da reunião de Turim faltavam 5 ratificações: duas por Timor-leste, duas pela Guiné-Bissau e a Convenção 138 por Cabo-verde. Houve um avanço significativo, dado que foram ratificadas 2 convenções pela Guiné-bissau e 1 por Cabo-verde.

**2ª meta:** Adopção até 2010 de estratégias e medidas nacionais de combate ao TI e às suas piores formas.

Avaliação da necessidade de assistência técnica para a concretização desta meta

**3ª meta:** Planos precisos, no âmbito desses Planos Nacionais até 2016, com vista a eliminar as Piores Formas.

**4 Eixos:**

1º- Troca de experiências e trabalho em rede

2º – Designação dos pontos focais, criação de um site para disponibilização de toda a informação em português. Campanhas conjuntas de sensibilização em português.

3º – Harmonização de Metodologias: O PETI promoveu a tradução dos Manuais de Metodologia. Avaliação da existência de algum estudo nesta área e da eventual necessidade de assistência.

4º – Cooperação técnica

**Luís Machado - Angola**

A questão do Ponto Focal não está resolvida.

A vinda dos parceiros sociais à Conferência de Maio em Lisboa foi muito importante e todos eles têm pessoas indicadas para trabalhar nesta questão.

Em termos de legislação, avançou-se muito desde há um ano. É uma das prioridades: a educação e a saúde. Ainda há 600/700 mil crianças que estão fora dos sistema escolar. Estamos a trabalhar nessa questão. Quanto à saúde, além da legislação, há o Instituto de Luta contra o HIV e estamos a trabalhar no sentido de diminuir os danos deste flagelo.

Procedeu-se à divulgação do material vindo de Turim.

Propôs a realização de uma visita, “uma missão de estudo”informando que já havia sido feita uma entre Angola e Moçambique, considerando que é uma matéria em que é preciso avançar.

O TI, como uma luta, ainda não está assumido como prioridade das prioridades. A vinda de Pedro Oliveira do IPEC Brasil será muito importante. Não tenho informações totais sobre esta matéria. Mas há muitas ONGs que, ao trabalharem com as crianças, lidam com esta matéria. Mas ainda não fiz esse levantamento.

Considerou que é preciso mais um empurrão, necessidade de uma equipa sobre o TI na agricultura, pois é onde está grande parte do trabalho infantil. A agricultura empresarial é muito pouco desenvolvida, é maioritariamente familiar.

A identificação que temos é genérica, não quantificada.

Por onde vamos começar é a questão que se nos coloca, e a definição de uma linha de actuação, só depois começar a discutir. Ainda não tenho essa ideia.

O seminário que o Dr. Paulo Bárcia fez lá foi muito proveitoso, mas foi genérico. Pensamos que no dia 12 de Junho se poderia falar sobre o TI na agricultura e aí a discussão da estratégia a desenhar poderia ser lançada.

**Leonardo Oliveira - Brasil**

Ponto focal centrado na pessoa de Leonardo Soares de Oliveira.

Não estivemos em Turim, o nosso Ministério não esteve. Esteve os representantes dos Ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Educação; da Saúde, além do Ministério Público do Trabalho.

Em 2007 termina a definição do Plano Nacional de Desenvolvimento (Plano Plurianual – PPA) que estará em vigor no período 2008-2011, no qual está

contido o plano nacional de erradicação do trabalho infantil. A CONAETI reuniu em 27 de Março de 2007 e estamos a avaliar o que foi feito no âmbito da erradicação do TI e estamos a definir as linhas futuras do que há a fazer. Em Outubro de 2006 foram divulgadas as estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – PNAD, de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Depois de um longo período de decréscimo do TI, houve um ligeiro aumento em 2005, existindo perto de 2,3 milhões de crianças trabalhando no país. E todos ficaram preocupados. Deste total, perto de 2 milhões é difícil intervir, por ser trabalho em regime de economia familiar, por ser trabalho infantil doméstico ou exploração sexual comercial. Fizemos um seminário interno, com representantes governamentais, que têm ligação com o tema, para avaliar se o ligeiro aumento é ou não uma tendência, onde o Ministério do Trabalho e Emprego participou. A evasão escolar também aumentou e também foi objeto de avaliação deste mesmo seminário. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome também se associou por causa do Programa *Bolsa Família* que abrange esta questão.

Discutiu-se muito a questão da jornada ampliada: escola a tempo inteiro. O município é mobilizado para assegurar actividades para as crianças que foram encontradas em situação de trabalho infantil, garantindo-lhes actividades culturais, esportivas, de reforço escolar, entre outras, no turno em que não têm aulas.

Anualmente é organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG uma iniciativa chamada o *Grito da Terra*, com uma marcha onde se entrega a cada ministério o que for da responsabilidade de cada um. A questão da erradicação do trabalho infantil na agricultura é um dos pontos de pauta.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário fez um seminário com 4 000 participantes onde se sensibilizou os agricultores familiares para as questões ligadas aos direitos das crianças, nomeadamente à educação, segurança, infância, esportes, além da questão de não ser legal o trabalho infantil. Eles estão envolvidos para o dia 12 de Junho.

Há outro movimento, também da CONTAG, que se chama *Marcha das Margaridas*, com foco em gênero, e irão abordar a questão do TI na agricultura.

O Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (não é governamental), decidiu a campanha que irá desenvolver no dia 12 de Junho, também focada no trabalho infantil na agricultura, nomeadamente na agricultura familiar.

O Ministério do Trabalho e Emprego definiu em 2005 como obrigatório em todas as acções da inspecção a vistoria do trabalho infantil.

Definimos que seriam desenvolvidas, por ocasião do dia 12 de Junho, acções de sensibilização (não só repressivas). Dos 27 estados, pelo menos 18 escolheram o sector da agricultura e serão feitos seminários e campanhas de sensibilização em algumas culturas em que há TI. Farão divulgação nos médias.

No ano passado, no dia 12 de Junho, fizemos uma campanha no Mercosul: foi definida uma frase, e divulgada em português e em espanhol. Este ano iremos repetir a iniciativa.

O Ministério do Trabalho e Emprego também é responsável pela publicação “Mapa Indicativo do Trabalho Infantil”: fundamental para a definição de políticas públicas, para a pesquisa e para a mobilização dos recursos.

#### **José Moniz – Cabo Verde**

Ponto focal centrado na pessoa de José Moniz.

Após Turim foi criada a Comissão para Avaliação do Trabalho Infantil.

O Plano a implementar deveria ser transversal e participativo, o que apresentaria algumas dificuldades

Reuniu-se a Comissão, a ONG (sociedade civil), a IGT, o ICA (inst...) e o Gabinete do Ministro para a criação do Plano. Procuraram-se parceiros que já tinham actividades no âmbito desta problemática, e procedeu-se a reuniões conjuntas donde saíram as seguintes conclusões:

a) Todos seriam membros da equipa.

b) Todos elaborariam o plano de execução (a CRIATA, a DHE (ensino de adultos e abandono escolar) a DRTurismo, DGensino, DG Agricultura, DGPescas, ICV Igualdade e Equidade..., IEFP, e o CNDHC).

Foi constituído um grupo alargado para construir o futuro plano de acção e há já temos um plano de execução onde se inclui a comemoração do 12 de Junho.

O combate ao TI na agricultura passará pelas micro-finanças (micro-crédito, micro seguros), já que a agricultura é incipiente, com pequenas parcelas, com TI, no sentido dá a ser feita uma tentativa no sentido de obter um único instrumento legal que dê uma linha orientadora em relação ao micro-crédito.

A rega a gota a gota permite menor utilização de mão-de-obra de jovens e crianças do na agricultura.

Relativamente a outros projectos:

Há diversos projectos que tocam estas problemáticas, ainda que indirectamente, nomeadamente um projecto junto das cantinas escolares (tentar que a venda de pequenas recordações por crianças, deixe de ser feita por estes).

Através do IEFP negociam-se cotas de jovens de meios rurais para o seu acesso à formação profissional

Estas informações podem ser encontradas no site do Ministério do Trabalho, da Família e da Solidariedade de Cabo Verde.

#### **Estudos**

Pretende-se publicar os seguintes estudos já criados

- Estudo das "Crianças em situação de Rua e o HIV".
- Estudo sobre a "Orfandade e o HIV".
- Estudo sobre a Prostituição Infantil.
- Estudo sobre "Migrações, tráfico e piores formas de trabalho infantil e saúde pública".
- Está a decorrer um estudo sobre trabalho infantil que quantifique e tipifique o TI: horas, sectores, .....

Vai ser compilada num só documento a legislação e a definição do Estatuto da Criança.

Por fim o Ponto Focal informou que as Convenções da OIT foram ratificadas.

#### **Jorge Costa – Guiné-bissau**

Ponto focal centrado na pessoa de Jorge Costa.

A Guiné-bissau ainda está numa fase embrionária no que respeita o combate ao TI, mas passos significativos estão a ser dados.

O PR ratificou as Convenções da OIT mas como ficaram retidas no departamento jurídico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a OIT não foi ainda informada.

Fez-se o levantamento das associações que consciente ou inconscientemente lidam com a problemática do TI: UNICEF, AMI, Associações de pais e encarregados de educação,

Actividades a curto prazo: a criação de uma comissão multisectorial e a uma estrutura de coordenação. A criação desta Comissão deve envolver o Ministério da Função Pública, os sindicatos, a associação de empregadores.

#### **Problemas detectados:**

- A problemática do trabalho infantil acabar por ficar para trás face a outras prioridades.
- A sociedade guineense considerar que as crianças e jovens devem trabalhar, para aprenderem.

Outra questão prende-se com os números de crianças que estudam e que

trabalham. Estão a tentar que a AMI financie.

- As meninas que vendem produtos agrícolas, são obrigadas a prostituírem-se para poderem levar a quantia esperada para casa. São normalmente crianças dos 9 aos 15 anos

#### **Rodolfo Sando - Moçambique**

Apresentou uma breve panorâmica sobre o trabalho infantil em Moçambique: TI é um fenómeno muito antigo que envolve muitas crianças:

Causas:

- 1) economia rural, a escola fica distante (5-10 km)
- 2) guerra de 76 a 92, que gerou um grande fluxo migratório. Pessoas na rua...
- 3) HIV que causa muitos órfãos

Esta preocupação está reflectida na Constituição da República e no Código do Trabalho. Faltam acções concretas. Há poucas acções para o seu combate.

Concluiu-se o estudo sobre o impacto das piores formas no TI, com o apoio do Escritório da OIT de Dakar. O Ministério achou que não devia ser publicado, porque não foi o governo a encomendar aos consultores. Deveria ter sido ao contrário. Está disponível, mas a sua divulgação restrita.

Têm sido desenvolvidas campanhas, principalmente por ONGs, até internacionais, criando escolas. A Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDS), da Graça Machel, tem desenvolvido actividades, criado escolas, dando lanche às crianças nas escolas e material escolar.

A ida de Pedro Oliveira a Moçambique tinha como objectivo a criação de uma comissão tripartida. Foi criada uma comissão, estando a aguardar parecer ministerial. Será lançada a 12 de Junho.

É necessário sensibilizar o Ministério da Educação e do Trabalho para fazer parte da Comissão Tripartida.

#### **Portugal**

O ponto focal é o PETI, será sempre o seu dirigente e/ou quem o dirigente determinar.

Como novidades enquadradoras e facilitadoras, refere o facto de o PETI ter sido chamado para formação de um grupo de trabalho liderado pela SEAR, que é a ENIA – Estratégia Nacional para a Infância e Adolescência, que ouve todos os ministérios, todos os parceiros, para que não se dupliquem tarefas nem se gastem recursos. Pretende otimizar recursos.

O Programa Governamental “Novas Oportunidades” permite, a quem saiu precocemente da escola tendo ainda idade de voltar à escola, ou adulto, encontrar uma forma agilizada e rápida de adquirir uma certificação escolar e profissional, através do reconhecimento de competências e o definir de uma caminho a percorrer (escolar e profissional), com vista a uma maior qualificação e mobilidade profissional.

Dentro dos compromissos assumidos, o PETI tem em curso um estudo desta vez mais qualitativo, em que se verificará as vantagens da medida PIEF, que estará pronto no final deste ano.

Informou ainda que o PETI fará 10 anos para o ano e por isso haverá lugar a um Encontro maior centrado no trabalho de combate que foi feito e que sairá a 12 de Junho a Revista/Acta do Encontro sobre a TI na Agricultura, com 60 mil exemplares e uma separata destinada à CPLP.

Está a ser considerada a hipótese de se convidar a CAP para a iniciativa do 12 de Junho.

Informou que a CNAsti – Confederação Nacional de Acção sobre o Trabalho Infantil, faz todos os anos uma marcha nesse dia e fará também este ano.

#### **Carlos Menezes – São Tomé e Príncipe**

Ponto Focal na pessoa de Carlos Menezes e da Dr.ª Sílvia, como adjunta.

Breve apresentação da realidade: Considera que São Tomé tem imensas

dificuldades. Foi convidado um funcionário da UNICEF para fazer um estudo sobre TI, que está em curso, após o qual se poderá criar a Comissão para dar seguimento ao Plano de Acção.

Situações problemáticas: Crianças que lavam carros, vendem mandioca. Essas crianças estudam numa parte do dia e trabalham a outra. A Sra. Ministra conseguiu convencê-los da necessidade de estudarem e largarem a venda, mas a palavra final pertence aos pais. Muitos pais ficaram desempregados e as crianças são obrigadas a ajudá-los. A ministra chamou os pais e eles disseram que precisavam de materiais escolares. Foram então desbloqueados os materiais necessários, mas, mesmo assim, os pais não abdicam do dinheiro da venda.

Defende dever haver uma imposição da OIT para acabar com o TI, a ser feita directamente ao Presidente da República.

O novo Governo assumiu o cargo em Abril, e em Maio veio uma representação governamental a Portugal assistir à Conferência sobre o TI.

Defende que o trabalho deve ser contínuo, deve estar na agenda e saber que a meta é 2010.

S. Tomé está a começar de raiz. Não basta ir a Turim ou a Lisboa. Afirma que, quando voltou da formação, tornou clara a necessidade de se reunirem os sectores que lidam mais de perto com o problema. Mas considera que seria bom ter a pressão da OIT ou de Portugal sobre a necessidade de operacionalizar o Plano de Acção e da Declaração.

As convenções foram ratificadas, havendo agora que as implementar.

Considerou por fim haver necessidade de um estudo, para o qual precisam de apoio.

#### **João Aparício – Timor-leste**

Informou que por imperativos de força maior nem a Sr.<sup>a</sup> Embaixadora, nem o novo Embaixador Dr. Manuel Abrantes puderam estar presentes.

Reafirmou o compromisso assumido através da sua representação em Lisboa, Pascoela Barreto. Registou o Encontro, a riqueza das experiências apresentadas e informou ser sua intenção encaminhá-las para o Ministério em Timor-leste.

Reafirmou como questão importante, uma certa dificuldade dos professores portugueses em transmitir os conhecimentos, para além de ministrarem português. Houve esta necessidade de consolidar a língua portuguesa em 1º lugar, mas seria importante os cooperantes portugueses formarem os agentes de estado Timorenses nesta área do Ministério do Trabalho e Solidariedade. Trata-se de técnicos que vão lá formar outros técnicos para posteriormente se trabalhar em conjunto, orientar no sentido de eliminar ou diminuir esses fenómenos. Para isso pensam este Verão promover um curso de tétum, para possibilitar aos professores e os cooperantes portugueses a comunicação.

Lembrou que neste momento, Timor-leste lida com questões mais importantes, mas informou ser sua intenção fazer chegar o que ouviu a Timor-leste.

#### **Paulo Bárcia**

Informou que Timor-leste foi o único Estado Membro que ainda não comunicou o ponto focal à CPLP e que lembrou a necessidade de um interlocutor para quem encaminhar as decisões deste grupo de trabalho.

Relembrou que há uma reunião anual dos Ministros da CPLP que este ano será em Timor-leste, em Setembro, no qual, segundo acordado, os Ministros comunicariam o que foi feito no âmbito do Plano de Acção.

Afirmou que seria bom que Timor-leste, que organizará a próxima reunião, não fosse o único Estado Membro a não ter um Ponto Focal.



## 5. Análise dos 4 Eixos

### Eixo 1 - Informação, troca de experiência e trabalho em rede

#### 1 - Instituir em cada Estado membro um ponto focal

Instigamos Timor-leste a nomear o seu, dado que é o único Estado-membro que ainda não o fez

#### 2 - Criar um grupo de trabalho.

O Grupo de Trabalho está constituído: o grupo que estava presente na reunião com a assistência técnica da OIT.

#### 3 - Divulgação da Informação

Criação de um site ou um sub-site para divulgação de informação relativa ao funcionamento deste Grupo de Trabalho, mas também: dos relatórios oficializados, dos materiais disponíveis em português, dos Planos de Acção Nacionais aprovados, de estatísticas, do Plano Nacional já elaborado por Cabo Verde. Caberia a cada Ponto Focal determinar o que colocaria no site.

Lembrou que o Escritório em Lisboa é a interface para os países de língua oficial portuguesa.

Todos os pontos focais têm acesso à Internet. Se a página web ficar no site da CPLP, os países que já têm site poderão colocar na sua homepage um link para esse site. Do ponto de vista técnico faz sentido avançar com esta proposta.

*Foi aprovada a proposta de site ficando a responsabilidade directa da sua produção a cargo do Escritório em Lisboa com o apoio dos restantes Escritórios da OIT, ficando o financiamento a cargo do PETI, da OIT, do Gabinete de Cooperação, do IPEC, e da CPLP. Em breve irá ser criada uma metodologia que será enviada a todos os PF para aprovação. Foi proposto que o site ficasse sedado no portal da CPLP com ligação ao site da OIT. Caberia à OIT a criação de organograma para a criação de um site orçamentado entre os 5000 e os 6000 Euros. A questão da manutenção seria considerada mais tarde. Este projecto que deverá arrancar brevemente, sendo previsível que na próxima reunião dos Ministros, em Setembro, já poderia estar no "ar".*

#### 4 - Publicar e disseminar os principais documentos de referência do IPEC/OIT em Língua portuguesa

Esta é uma iniciativa que está permanentemente a ser feita:

- Em parceria com o escritório de Brasília foi traduzido o Relatório
- O manual foi traduzido pelo PETI
- As convenções já foram traduzidas e ratificadas quase na sua totalidade

Peter Hurst considera que há um documento de referência desenhado para quem elabora as políticas que deveria ser traduzido, mas é um pouco grande (são 5 livros). Este livro não havia sido referenciado como prioridade, mas PH considera essencial.

Defendeu, no entanto que só depois de estarem criadas as comissões tripartidas faria sentido traduzir o livro pois a sua implementação necessita de uma estrutura

O IPEC tem ainda documentação na área da educação que, defende, seria bom conhecerem.

Informou que a OIT irá abordar a questão do emprego no mundo rural em Junho de 2008. Propôs que se os pontos focais considerarem que existe informação para a divulgar, a fizessem chegar a Peter Hurst.

Joaquina Cadete

Considera importante a criação de um conjunto de brochuras sobre o que são tarefas perigosas e não, como material para trabalhar com crianças.

Informou que em Portugal se está a adaptar o SCREAM para português de Portugal como instrumento para professores.

	<p><b>Leonardo Oliveira</b> Informou que o Brasil já fez uma lista de actividades perigosas que começou por ser ter 80 e tal itens, e que entretanto passou para 117. Essa lista ainda não foi aprovada.</p> <p>Paulo Bárcia <i>Propôs que Portugal assegurasse a tradução do livro indicado por Peter Hurst e que a tradução dos livros indicados em 4.2.1 e 4.2.4 coubesse ao Brasil. Estes livros seriam colocados no site e seriam enviados alguns exemplares aos Pontos Focais.</i></p> <p><i>5 - Conferências de Alto nível por ocasião do Relatório Global da OIT sobre Trabalho Infantil</i></p> <p><i>Na próxima reunião deveria ser agendada a marcação de uma próxima conferência e a definição do país organizador da próxima Conferência. A próxima Conferência seria em 2010.</i></p>
	<p><b>Eixo 2 - Campanhas Conjuntas de Sensibilização</b> PH informou todos sobre as campanhas que estão em preparação. Sugeriu a hipótese de cada um fazer uma campanha com a tradução dos materiais que o IPEC está a preparar, com um logo associado à CPLP, que poderiam divulgar nas campanhas que estão a preparar. Sugeriu que os materiais do IPEC fossem aproveitados:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- uma brochura com 10 páginas de um texto consensualizado com 3 mensagens,</li><li>- um postal</li><li>- e um DVD.</li></ul> <p>Informou que haverá iniciativas diferentes, mas que podem partilhar instrumentos comuns.</p> <p><i>Ficou decidido que para apoiar essas iniciativas, o IPEC disponibilizará material assim que acabe de o conceber. O Escritório de LX da OIT traduzira os materiais (e enviará para o Brasil para adaptar), que divulgará ou de uma forma informática ou já editados. O DVD e alguns cartazes poderão ser enviados directamente. Seria importante definir uma mensagem, um slogan único, comum a todos os países para divulgar no dia 12 de Junho.</i></p> <p><i>Os Estados-membros foram convidados a informar o IPEC das campanhas que cada um está a preparar para divulgação em Genebra.</i></p>
	<p><b>Eixo 4. Cooperação Técnica e Formação</b></p> <p>Aquando da participação de cada ponto focal, pareceu que diferentes Estados Membros necessitariam de apoio para questões técnicas e para formação. Procedeu-se ao levantamento das necessidades de apoio para o desenvolvimento de estudos parciais e para a elaboração do Plano Nacional, dado que é a área que envolve mais dinheiro porque representa a deslocação de missões para elaboração de uma fotografia da situação actual. Esta necessidade tem de ser manifestada pelos próprios países.</p> <p>Foi proposta a elaboração de um documento em que se determinaria quais os países que necessitam de apoio e os restantes países se comprometeriam a dar apoio técnico ou financeiro àqueles.</p> <p>Foi defendido que na próxima reunião técnica deveria ser claro o Tipo de apoio que cada país necessita:</p> <p>a) na sensibilização dos actores</p>

- b) na elaboração de estudos de análise
- c) no apoio metodológico de elaboração dos Planos de Acção

Procedeu-se ao levantamento da assistência que cada país necessita:

- Angola – referiu a existência de um estudo da UNICEF e a necessidade de definir os conceitos e de saber para onde vão.
- Cabo-verde: referiu a existência de conhecimento e o facto de saberem como fazer. Referiu o problema financeiro e a necessidade de se definir um Timing. Referiu já terem pedido apoio através do STEP e de precisarem de uma consultadoria para acelerar.
- Guiné-bissau: referiu dificuldades em saber onde começar e quais as metas a atingir. Referiu ainda necessidade de apoio na elaboração do Plano e Acção
- Moçambique: identificou a necessidade de elaboração de um plano de intervenção e de implementação e a necessidade de acções concretas.
- São Tomé: pedido de apoio na elaboração de um estudo e na definição de um Plano de Acção.
- Timor-leste: identificou a existência de estatísticas. Referiu a necessidade de assistência técnica para a concretização de um projecto concreto.

Após consulta a todos os Pontos Focais, foi proposto que se elabore um documento de pré projecto de apoio metodológico aos que o solicitaram para a análise da realidade e a elaboração dos planos de acção. Este documento seria redigido e seria apresentado aos potenciais financiadores:

- Cooperação Portuguesa,
- IPEC
- Cooperação Brasileira

Foi dito que as pessoas que melhor poderiam elaborar esse documento seriam a Dr<sup>a</sup> Jovelina, com o apoio da Dr.<sup>a</sup> Rosalinda e a da Dr.<sup>a</sup> Mafalda Troncho.

PH

Informou que em 2008 o IPEC poderá propor uma formação para 3 pessoas por país: o ponto focal, um representante dos trabalhadores e um dos empregadores. Todos seriam financiados menos Portugal e o Brasil.

A formação, que poderia contar com formadores portugueses e brasileiros e que duraria uma semana, seria sobre:

- Políticas
- Aspectos técnicos
- Formação em Normas Internacionais e Procedimentos

Esta iniciativa enquadrar-se-ia na decisão de promover a Formação de Representantes de empregadores. Afirmou que 5 dos 7 países que precisam de formação são de África, e considera muito importante se os PF tiverem formação. A formação que propôs seria extremamente técnica.

O representante de Cabo-verde não se revê no poster apresentado pelo IPEC para celebração do dia 12 de Junho, por considerar que as jovens não parecem crianças. Parece uma encenação.

<p><b>Próxima Reunião</b></p>	<p><i>Dado que a próxima reunião dos Ministros será em Timor a 6 e 7 de Setembro, ficou decidido que a Próxima Reunião dos Pontos Focais seria a 6 e 7 de Agosto.</i></p> <p>A próxima reunião deste grupo será provavelmente por ocasião da formação em Turim, em 2008. Brasil ofereceu-se para que a próxima reunião decorra no Brasil até final de 2008, provavelmente em Outubro. A visita às boas práticas está dependente da próxima reunião de Ministros que decorrerá em Timor-leste, pois só aí será definido o local da próxima reunião de Ministros. Cenário A – Brasil Cenário B – Qual o país? <b>Cenário C – Escrever um texto e comunicarmos uns com os outros. Portugal, CPLP e OIT farão um texto comum.</b></p>
<p><b>Harmonização de Metodologias e dos Dados</b> Ponto 2 do Follow-up</p>	<p>Leonardo Oliveira afirmou que a OIT está preocupada com a harmonização dos dados e escolheu três países para trabalhar esta questão, entre os quais o Brasil. Os 3 países não concordaram com o texto final, estão a trabalhar numa nova versão do texto. Pensamos que em 2008 já esteja resolvida essa questão.</p> <p>José Moniz Cabo Verde referiu a necessidade de harmonização das metodologias e da definição de conceitos para que não leve a más interpretações. Referiu a existência de 2 estudos sobre saúde e estilos de vida. Considera que os estudos têm de dar pistas para soluções, cruzam informações</p> <p>3.1. Diagnósticos Rápidos - Estudos sectoriais rápidos e dirigidos antes de grandes estudos. Estudos de Caso: O representante do Brasil informou que o país já tem um estudo sobre narcotráfico e prostituição infantil. Irá produzir um suplemento a sair, em Março de 2008 sobre TI inclusive as piores formas. Proposta de em 2008 no âmbito do encontro sobre os 10 anos de combate ao TI em Portugal se divulgar este material brasileiro.</p> <p>4. Estimular a recolha de dados Foi dito que todas as informações devem ser feitas chegar à M Troncho, para as compilar.</p> <p>5. Foi sugerido que fosse feito o levantamento das instituições que directa ou indirectamente lidam com a problemática do trabalho infantil. Foi referido que praticamente todos os países têm uma linha telefónica de apoio a crianças. Sobre a questão referida por alguns países da intervenção de algumas instituições chocarem no terreno, foi dito que no Brasil, a situação só se resolveu através da realização de uma reunião, como a Comissão para a Erradicação para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (que tem 34 instituídas) e a Comissão para os Direitos da Criança, que não tinha recursos no princípio. Posteriormente, o governo federal quis assumir e o geral também. O factor geral de convergência decorre destas reuniões e de um mapear das acções de cada.</p> <p>L Machado referiu que Angola não tem 1 organismo que trate exclusivamente da questão, não têm fundamento jurídico para trabalhar isso. Temos a legislação do trabalho, mas isso não é suficiente. Precisávamos de 1 suporte. Referiu a existência de um conflito. Eu trabalho com o TI, mas outros lidam com a questão da criança, e há conflito.</p>

<b>Metodologia de Funcionamento deste Grupo de Trabalho:</b>	Tarefas: o poster, decidir quando o material nos chegar. PETI e OIT tradução de documentos e fazê-los circular e Brasil adaptação PETI + OIT + CPLP elaboração texto OIT+ CPLP+ G.Cooperação – Projecto de Formação
	Foi sugerido serem feitas propostas de trabalho a serem enviadas com conhecimento a todos.  Luís Machado - Portugal poderia partilhar os custos para os países poderem avaliar a possibilidade de se candidatarem a receber as reuniões do Pontos Focais.  Foi considerado consensual que a reunião foi muito interessante e a troca de informações muito proveitosa para todos. Consideram que têm aprendido muito pois antes tinham a ideia de que o estudo seria desenhado em Gabinete e perceberam aqui que não estamos só Foi referido que o tema do TI é muito importante, dado que está a provocar algum retrocesso nas economias de alguns países. Seria bom termos a colaboração de todos para combatermos este problema.
<b>Encerramento</b>	Foi reiterado em nome do SE da CPLP, com o apoio da OIT e do PETI, o apoio dado para que esta reunião ocorresse. Sem isso, não estaríamos aqui. Todos os membros devem aproveitar o momento. Esta é a 1ª Reunião de Pontos Focais Sectorais para o Combate ao Trabalho Infantil. Foram definidas datas que deverão ser respeitadas para fazer a metodologia deste grupo fluir. Agradeceu a todos.

Acta enviada, por mail, a todos os oradores, presentes ou não na reunião, e à organização.

Lisboa, 17 de Abril de 2007